

ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às 14H00min, foi
2 realizada à Rua São Bento nº 405, Edifício Martinelli, 15º Andar, Sala 154 - Auditório, a
3 **86ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU**, com
4 transmissão ao vivo via YouTube, conforme a Portaria nº 17 complementada pela
5 Portaria nº 19/2020/SMDU.G; **Pauta da reunião: 1.** Comunicações gerais; **2.**
6 Apresentação sobre o andamento dos Encontros Regionais referentes a 8ª Conferência
7 Municipal da Cidade. **01)** A Presidente, Sra. Elisabete França, iniciou a reunião às
8 14h40min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros; em seguida,
9 prosseguindo para o primeiro item da pauta, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga
10 Cavallari, deu ciência da Portaria SGM 05, de 14 de janeiro de 2025, publicada no D.O.C.
11 de 15 de janeiro de 2025, que deu posse ao Sr. Daniel Todtmann Montandon, da
12 Universidade Nove de Julho (UNINOVE), como titular da 2ª vaga destinada ao segmento
13 de Entidades Acadêmicas e de Pesquisa, bem como declarou vaga sua suplência;
14 cientificou também a posse dos representantes do poder público da Secretaria Municipal
15 de Urbanismo e Licenciamento, Sr. Fernando Henrique Gasperini (Titular), da Secretaria
16 do Governo Municipal, Sr. Ramon Santoro Leonardi (Titular) e Sra. Jessica de Souza
17 Farjado (Suplente), da Secretaria Municipal de Justiça, Sra. Eunice Aparecida de Jesus
18 Prudente (Titular) e Sra. Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjaz (Suplente), da Secretaria
19 Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Stella Verzolla Tangerin (Titular) e Sr.
20 Roberto Cardoso Ferreira (Suplente), da Secretaria Municipal de Habitação, Sr. Carlos
21 Augusto Manoel Viana (Titular) e Sr. Renan Massabni Martins (Suplente), da Secretaria
22 Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, Sra. Michele Perea Cavinato (Titular) e Sr.
23 Rafael Mielnik (Suplente), da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Sra.
24 Ana Carolina Piunti da Costa (Titular) e Sr. Marcelo Bruçó (Suplente), da Secretaria
25 Municipal de Cultura, Sr. José Antônio Silva Parente (Titular), da Secretaria Municipal de
26 Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Sr. Rodrigo Hayashi Goulart (Titular) e Sr.
27 Leonardo William Casal Santos (Suplente), da Secretaria Municipal de Inovação e
28 Tecnologia, Sr. Silvio Eugenio de Lima (Titular) e Sra. Adriellis Gonçalves (Suplente), da
29 São Paulo Urbanismo, Sra. Tatiana Rodrigues Antonelli de Mendonça (Suplente) e da
30 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, Sr. Diogo Batista Soares (Titular),
31 conforme Portaria SGM 56, de 21 de fevereiro de 2025, publicada no D.O.C. de 24 de
32 fevereiro de 2025; em seguida, deu ciência do Relatório Anual de 2024, contendo as
33 atividades realizadas do CMPU, das atas da 71ª Reunião Ordinária e da 46ª Reunião
34 Extraordinária, do Plano Anual de Aplicação 2025 do FUNDURB de SMSUB, SEHAB,
35 SEME, SMT, SIURB, SMC, SVMA e SMUL, do Ofício, de 24 de fevereiro de 2025, por
36 parte dos representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Política Urbana -
37 CMPU e da Câmara Técnica de Legislação Urbanística - CTLU sobre Requerimento de

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

38 inclusão na pauta do item “Revisão do Regimento Interno do CMPU”; quanto a essa
39 solicitação, a Secretária Executiva informou sobre o andamento da revisão da minuta do
40 regimento interno do CMPU, sendo que o assunto será tratado em reunião
41 extraordinária no mês de março de 2025; afirmou que está em andamento a constituição
42 do Grupo de Trabalho para debater e apresentar sugestões quanto ao Relatório Anual de
43 2024 de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade,
44 assunto que também deverá ser tratado em Reunião Extraordinária a ser convocada; com
45 a palavra, o Representante Titular do Movimento de Moradia 1, Sr. Benedito Roberto
46 Barbosa (UMM), discorreu sobre a suspensão do edital e a convocação da Comissão
47 Eleitoral; ressaltou a imprescindibilidade das representações regionais no contexto das
48 deliberações, pontuando que, ainda que tais instâncias não possuam caráter deliberativo,
49 desempenham função de extrema relevância no monitoramento das discussões e na
50 escolha dos delegados para a Conferência Municipal; enfatizou que a análise interna
51 conduzida pelo corpo jurídico da Secretaria tem se configurado como um elemento
52 fundamental na condução desse processo e que, não obstante os desafios que se
53 apresentam, o movimento continuará engajado e atuante na organização da conferência;
54 expôs a preocupação da Secretaria quanto à presença de determinados movimentos na
55 cidade, bem como à projeção de expressiva participação na Conferência Municipal;
56 estimou que o número de participantes possa alcançar entre cinco e seis mil pessoas;
57 sublinhou que, além dos movimentos previamente confirmados, outros poderão integrar
58 o evento, elevando substancialmente o contingente de presentes; afirmou que a
59 magnitude do encontro poderá mobilizar um público significativo no Memorial da
60 América Latina e manifestou apreensão quanto à capacidade da infraestrutura do local
61 em acomodar adequadamente essa quantidade de participantes; externou inquietação
62 sobre a logística e a operacionalização do evento, destacando a complexidade da
63 distribuição dos espaços e da organização estrutural, considerando a necessidade de
64 gerir, simultaneamente, grupos de até duas mil pessoas; frisou que tal circunstância
65 poderá acarretar entraves à condução dos trabalhos e comprometer a metodologia
66 estabelecida para a conferência; relatou que a União Governo e Moradia tem se
67 debruçado sobre essa questão e que, até o presente momento, não se encontrou uma
68 alternativa viável para mitigar os riscos advindos da elevada quantidade de participantes;
69 enfatizou que o Conselho possui papel preponderante na organização da conferência e
70 que a grandiosidade do evento exige planejamento minucioso para evitar possíveis
71 transtornos; alertou que a superlotação do Memorial da América Latina pode ocasionar
72 sérios problemas estruturais, impactando adversamente o desenvolvimento das
73 atividades e colocando em risco a plena efetivação do evento; ressaltou que o auditório
74 designado para as discussões pode não ser suficiente para abrigar todos os presentes, o
75 que poderá resultar em tensões entre os distintos grupos envolvidos; pontuou que tais
76 grupos possuem perspectivas divergentes no que se refere à luta pelo direito à cidade, o
77 que poderia intensificar eventuais discordâncias ao longo da conferência; reiterou a
78 imprescindibilidade de um planejamento estruturado e eficaz que viabilize a condução
79 harmoniosa, segura e democrática dos trabalhos; dando continuidade ao trecho

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

80 proferido pelo Conselheiro Benedito, o mesmo manifestou-se acerca da necessidade de
81 estabelecer um espaço de discussão específico sobre a problemática envolvida no
82 licenciamento de imóveis na cidade de São Paulo; em sequência, sugeriu a realização de
83 uma reunião específica ou, alternativamente, a formação de um grupo de trabalho
84 destinado à análise dessa questão; relatou que, ao acompanhar as denúncias veiculadas
85 por diversos meios de comunicação, tomou conhecimento da existência de 241.000
86 imóveis que, originalmente licenciados como Habitação de Interesse Social (HIS), tiveram
87 seu propósito desvirtuado; explanou que tais empreendimentos foram aprovados no
88 setor de licenciamento sob a classificação de HIS, entretanto, foram posteriormente
89 comercializados por valores substancialmente superiores ao previsto para a categoria,
90 atingindo cifras entre R\$ 600.000,00 e R\$ 700.000,00; frisou que essa prática resultou na
91 destinação dos referidos imóveis a famílias de renda média e alta, em desacordo com o
92 propósito inicial da legislação habitacional; em seguida, ressaltou que há uma denúncia
93 formalizada junto ao Ministério Público, bem como a existência de uma proposta de
94 instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal para
95 apuração dos fatos; enfatizou a relevância de o Conselho deliberar sobre a melhor forma
96 de tratar a questão, buscando soluções para corrigir essas distorções e aprimorar os
97 mecanismos de fiscalização; nesse sentido, pontuou que se faz necessária a definição de
98 um protocolo ou diretriz para garantir que os empreendimentos licenciados como HIS
99 sejam efetivamente destinados às famílias enquadradas nos critérios dessa modalidade
100 habitacional; concluiu reiterando que se trata de uma preocupação fundamental para a
101 cidade e para o Conselho, razão pela qual a implementação de medidas de controle mais
102 rigorosas deve ser considerada de maneira prioritária; em réplica, a Presidente Elisabete
103 França pronunciou-se acerca da sugestão apresentada, afirmando que, na reunião
104 extraordinária que será realizada para discussão da minuta do regimento interno, seria
105 oportuno convidar os procuradores responsáveis tanto da Secretaria Municipal de
106 Habitação (SEHAB) quanto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
107 (SMUL), que estão acompanhando o caso, para apresentarem os desdobramentos dos
108 procedimentos em curso; em sequência, mencionou que, considerando que a referida
109 reunião extraordinária provavelmente ocorrerá logo após o período de Carnaval, já
110 poderia ser formalizado o convite aos dois procuradores mencionados, bem como às
111 equipes técnicas das respectivas secretarias, para exporem o andamento das
112 providências adotadas e os resultados obtidos até o momento; finalizou sua fala
113 consultando os presentes sobre a possibilidade de destinar aproximadamente trinta
114 minutos da reunião para tratar dessa questão; em seguida, a Conselheira Renata Esteves
115 de Almeida Andretto, representante titular da Associação de Bairro 2 (ASSAMPALBA),
116 foi solicitada a se identificar para registro na gravação; após a identificação, questionou
117 se, na consolidação dos trabalhos, as contribuições enviadas pela sociedade civil por e-
118 mail foram devidamente consideradas; mencionou, em particular, a manifestação da
119 ATAJ, recordando que, nas reuniões anteriores, esse ponto foi amplamente debatido,
120 conforme a Secretária Executiva, Talita Veiga Cavallari Fonseca, poderia confirmar;
121 prosseguiu relatando que, ao receber a primeira minuta do regimento interno,

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

122 surpreendeu-se ao verificar a inclusão de um quadro no documento, no qual a ATAJ
123 apontava trechos que não poderiam ser alterados; expressou sua preocupação com essa
124 abordagem, pois, na interpretação da ATAJ, praticamente nada do regimento poderia ser
125 modificado, o que gerou questionamentos por parte da sociedade civil; destacou que,
126 embora a ATAJ tenha a prerrogativa de se manifestar, essa manifestação não deve ser
127 considerada vinculante para o processo de revisão; argumentou que, por se tratar de um
128 órgão paritário, a competência dos representantes do poder público é equivalente à dos
129 membros da sociedade civil, e que ambos possuem respaldo técnico para embasar suas
130 decisões; enfatizou que, assim como o poder público dispõe de especialistas, a sociedade
131 civil também conta com profissionais qualificados para contribuir com o debate;
132 registrou, portanto, que o parecer da ATAJ não é absoluto, estando sujeito a
133 questionamentos e contraposições por outros operadores do direito, incluindo técnicos
134 da área jurídica; em seguida, retomou a sugestão de incluir, na pauta da reunião
135 extraordinária dedicada à eleição, a discussão sobre a questão da HIS e as irregularidades
136 denunciadas no Ministério Público, classificando os fatos como uma fraude no âmbito
137 público; lembrou que foi elaborado e assinado um ofício por quase todos os
138 representantes da sociedade civil, solicitando a realização de uma reunião específica para
139 tratar de dois temas: a questão do PEUC e a problemática envolvendo a HIS; informou
140 que, em resposta, foi mencionado que um grupo de trabalho seria criado para tratar
141 desses temas; ponderou que não há impedimento em separar os dois assuntos em
142 reuniões distintas, mas ressaltou que ainda se aguarda o efetivo início das atividades
143 desse grupo de trabalho voltado ao PEUC; finalizou apontando que a Coordenadoria
144 CEPEUC publicou uma nota cujo conteúdo diverge do entendimento da sociedade civil
145 sobre o que é legal e necessário em relação ao PEUC, reiterando a necessidade de
146 esclarecimentos e agradecendo a atenção dos presentes; em réplica, a Presidente
147 Elisabete França manifestou-se buscando esclarecimento quanto à proposta apresentada
148 pela Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto; indagou se a sugestão consistia
149 em realizar uma reunião específica para a apresentação da questão relativa à HIS,
150 separada da reunião extraordinária destinada à discussão do regimento interno, ou se
151 haveria a intenção de tratar ambos os temas conjuntamente no mesmo encontro; buscou
152 confirmar se a proposta seria a realização de uma reunião independente para abordar
153 exclusivamente o tema da HIS; em réplica, a Conselheira Renata Esteves de Almeida
154 Andretto esclareceu que não vê impedimentos na possibilidade de dividir os temas em
155 duas reuniões extraordinárias, caso seja necessário; ressaltou, entretanto, que além da
156 questão da HIS, há também a discussão referente ao PEUC, cujo grupo de trabalho já foi
157 previamente constituído, tendo, inclusive, sido estabelecido um prazo para adesão dos
158 interessados; destacou que a sociedade civil aguarda o efetivo início dos trabalhos desse
159 grupo, o que deveria ocorrer em breve; mencionou que, no intervalo entre a formação do
160 grupo de trabalho e a elaboração do ofício encaminhado pelos representantes da
161 sociedade civil, surgiu uma nova informação por parte da Coordenadoria CEPEUC;
162 salientou que essa manifestação se assemelha a uma anterior já debatida no Conselho,
163 sobre a qual os representantes apresentaram considerações; em réplica, a Presidente

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

164 Titular, Sra. Elisabete França acordou que será agendada Reunião Extraordinária para
165 tratar sobre o descumprimento da destinação dos empreendimentos de HIS e HMP e
166 outras reunião para tratar do regimento interno; trecho inaudível - 22min57 à
167 24min08seg; em seguida, a Conselheira Suplente Ana Luiza Dalcin Aragão, representante
168 dos Movimentos Culturais pelo CPC-UMES, apresentou-se como jornalista e registrou
169 sua participação como suplente nesta Comissão; aproveitando a oportunidade da
170 reunião, salientou a raridade de espaços como aquele para manifestações e declarou
171 apoio às colocações anteriormente feitas pela Conselheira Renata e demais
172 intervenientes no que tange aos empreendimentos classificados como HIS; reforçou as
173 preocupações já expostas e acrescentou à discussão o caso do empreendimento
174 denominado Guedala Park, que, segundo sua explanação, foi aprovado e está em
175 execução sob a classificação de HIS, embora situado em área de manancial e em território
176 coberto por vegetação de Mata Atlântica; informou que a construção já alcança o 15º
177 andar, mesmo havendo duas ações em tramitação judicial, sendo uma delas referente a
178 desvio de finalidade, haja vista que o referido empreendimento, embora anunciado como
179 HIS, está sendo comercializado com finalidade especulativa, voltada a investimentos;
180 finalizou sua manifestação reiterando seu apoio às preocupações já externadas e
181 solicitando que também seja incluído, nas discussões futuras, o caso do Parque Linear
182 Caxingui, igualmente relacionado à problemática envolvendo o uso indevido da
183 classificação HIS. 2) Com a palavra, a Presidente Elisabete França introduziu o segundo
184 tema da pauta, informando tratar-se da apresentação da Sra. Sueli Guerreiro Morales,
185 representante da comissão organizadora da 8ª Conferência Municipal da Cidade, a
186 respeito do andamento dos quinze encontros regionais preparatórios para o referido
187 evento; esclareceu que a comissão organizadora é composta por 25 membros, sendo 14
188 representantes da sociedade civil e 11 do poder público; antes de conceder a palavra à
189 expositora, a Presidente teceu breves comentários, relatando que já foram realizados
190 cinco encontros regionais, sendo um na zona leste, dois na zona norte e dois na zona sul;
191 informou que participou de todos os eventos e destacou a expressiva presença do
192 público, com reuniões que chegaram a reunir até 300 pessoas, evidenciando o interesse e
193 o engajamento da população; ressaltou a qualidade dos debates promovidos, a
194 participação ativa dos presentes e a atmosfera de entusiasmo percebida; mencionou,
195 como exemplo, o encontro realizado no último sábado, em Parelheiros, onde, apesar da
196 expectativa de baixa adesão em virtude do período pré-carnavalesco e da presença de
197 blocos de rua, o evento contou com significativa presença de público, o que considerou
198 extremamente positivo, especialmente por tratar-se de uma área de mananciais; na
199 sequência, dirigiu-se aos conselheiros, em especial aos membros da comissão
200 organizadora, para incentivar a participação mais ativa nos encontros regionais,
201 alertando para a baixa aderência até então registrada por parte das representações,
202 sobretudo do poder público; frisou o grande esforço empreendido pela comissão para
203 viabilizar a realização dos eventos e, em nome da Sra. Sueli Guerreiro Morales, expressou
204 reconhecimento à dedicação da equipe organizadora, parabenizando-os pela qualidade
205 da condução e organização dos encontros, mesmo diante das adversidades climáticas;

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

206 reforçou o convite para que os conselheiros não se limitem à participação em seus
207 próprios territórios, mas se façam presentes em diferentes regiões, de modo a ouvir as
208 diversas vozes da cidade e ampliar a compreensão dos desafios e demandas locais; por
209 fim, convidou a Sra. Sueli, coordenadora pela SMUL da conferência, a tomar a palavra
210 para compartilhar com os presentes o panorama dos trabalhos desenvolvidos até o
211 momento, e solicitou que, em nome do CMPU, fossem transmitidos os cumprimentos à
212 totalidade da comissão organizadora pelos resultados obtidos; em seguida, foi
213 apresentado, pela representante titular da SMUL, Coordenadora da Participação Social
214 da SMUL e da Comissão Organizadora da Conferência Municipal da Cidade de São Paulo,
215 Sra. Sueli Guerreiro Morales, o andamento dos trabalhos e dos encontros Regionais
216 referentes à 8ª Conferência Municipal da Cidade; em complemento, a Presidente
217 Elisabete França informou que a Conferência Estadual das Cidades está prevista para
218 ocorrer nos dias 2 e 28 de junho; no tocante à Conferência Nacional das Cidades,
219 mencionou que, embora constem algumas informações no site oficial, até a data do dia
220 anterior à reunião ainda não havia definição oficial quanto à data de sua realização; em
221 seguida, com a palavra, a Sra. Sueli Guerreiro Morales manifestou-se informando que
222 apresentaria aos presentes um vídeo explicativo, elaborado pela equipe da assessoria de
223 comunicação; destacou que o material é bastante elucidativo e relevante, tendo sido
224 devidamente aprovado pela comissão organizadora da 8ª Conferência Municipal da
225 Cidade; ressaltou ainda o caráter informativo do conteúdo e convidou os conselheiros a
226 assistirem com atenção; em seguida, com a palavra, o Sr. Carlos Alberto cumprimentou a
227 Secretária e os demais presentes, identificando-se como convidado da reunião,
228 esclarecendo que, embora ainda não formalizada, sua presença se dá na condição de
229 suplente da Sra. Emanuelle, titular da representação do Conselho Municipal da Pessoa
230 com Deficiência; explicou que ambos estão atuando na representação daquele colegiado,
231 mas que a oficialização dessa participação ainda se encontra pendente; prosseguiu
232 fazendo duas observações, uma de caráter geral e outra específica; quanto à primeira,
233 destacou que o país atravessou, anos atrás, um período de retração da participação
234 popular nas políticas públicas voltadas às diversas dimensões da vida social, e que, com o
235 recente processo de retomada desse protagonismo, há, entre militantes e ativistas de
236 diferentes setores, uma desconfiança sobre a efetividade concreta dessa participação nas
237 políticas públicas; pontuou que não pretendia ensinar aquilo que todos já sabem, mas tão
238 somente reforçar a importância de que os desdobramentos dessas participações
239 populares sejam efetivamente traduzidos em políticas públicas concretas e amplamente
240 divulgadas; ressaltou que, caso contrário, haveria algo profundamente equivocado no
241 processo; reiterou, portanto, a necessidade de que, ao final dos encontros e conferências,
242 sejam comunicadas de maneira clara e objetiva as ações e políticas públicas decorrentes
243 da participação social, permitindo que todos, inclusive este e outros conselhos, possam
244 dar visibilidade e fortalecer tais conquistas; no tocante à sua observação específica,
245 abordou a ausência de representatividade das pessoas com deficiência nas conferências;
246 mencionou que, conforme dados do Censo de 2010, esse segmento corresponde a mais
247 de 8% da população do município de São Paulo e a aproximadamente 10% da população

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

248 brasileira, mas que, apesar disso, tal representatividade não se reflete nas instâncias
249 participativas, como a conferência municipal; mencionou a atuação da Sra. Sandra
250 Ramalhão, presente na reunião e representante das organizações religiosas, que tem
251 dialogado com diferentes atores, inclusive com a própria Secretária, com vistas a reverter
252 esse cenário de exclusão; propôs que fosse elaborado um documento oficial, com a
253 assinatura do Conselho, a fim de sensibilizar as autoridades competentes sobre a
254 urgência dessa pauta; frisou que o objetivo seria apresentar formalmente esse
255 documento às instâncias decisórias, cobrando a efetiva inclusão das pessoas com
256 deficiência na estrutura de representação da conferência; concluiu sua intervenção
257 agradecendo o espaço e reiterando o pedido de apoio institucional para a construção e
258 disseminação dessa iniciativa; em complemento, a Presidente Elisabete França procedeu
259 a um esclarecimento a respeito da participação das pessoas com deficiência nos
260 encontros regionais preparatórios da 8ª Conferência Municipal da Cidade; informou que,
261 nos cinco encontros já realizados, houve uma representatividade bastante significativa
262 desse segmento, destacando a presença ativa e constante da Sra. Sandra Ramalhão, a
263 quem convidou, inclusive, para complementar as informações, caso desejasse; salientou
264 que as pessoas com deficiência têm contribuído ativamente nas discussões e, sobretudo,
265 na formulação de propostas; mencionou que, ao final de cada encontro, quando são
266 apresentadas as proposições, temas como mobilidade urbana e habitação têm
267 concentrado a atenção dos participantes, sendo recorrente a apresentação de propostas
268 relacionadas à melhoria das calçadas e à ampliação das condições de acessibilidade nos
269 espaços urbanos; reforçou que em todos os encontros realizados até o momento foram
270 registradas sugestões concretas nesse sentido, demonstrando o engajamento e a
271 preocupação da população com a construção de uma cidade mais acessível e inclusiva;
272 reiterou, por fim, o convite à Sra. Sandra para que, se assim desejasse, pudesse
273 complementar com sua percepção e experiência pessoal nas referidas atividades; com a
274 palavra, a Conselheira titular das Entidades Religiosas, Sra. Sandra Ramalhão,
275 representante da Mitra, complementou as discussões anteriormente iniciadas,
276 destacando que, apesar dos avanços obtidos com a mobilização e a expressiva presença
277 de pessoas com deficiência nos encontros regionais preparatórios da 8ª Conferência
278 Municipal da Cidade, subsiste uma lacuna significativa quanto à sua representatividade
279 formal no processo conferencial; observou que o ponto essencial levantado pelo Sr.
280 Carlos Alberto, e que merece ênfase, refere-se à ausência de vagas destinadas a esse
281 segmento no rol de delegados da conferência; explicou que, embora haja participação
282 ativa nas discussões, não há previsão específica que assegure a eleição ou designação de
283 delegados representantes das pessoas com deficiência; informou que, diante dessa
284 situação, a sugestão apresentada consiste na elaboração de um documento oficial, com o
285 respaldo do Conselho, com o intuito de sensibilizar o Ministério Público quanto à
286 necessidade de se garantir uma cadeira destinada exclusivamente a esse grupo social
287 entre os delegados; ressaltou que o referido documento teria por finalidade conferir
288 institucionalidade à demanda e pressionar as instâncias competentes para que
289 promovam as adaptações necessárias, de modo a assegurar a plena inclusão e a efetiva

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

290 representação da pessoa com deficiência nos espaços deliberativos da conferência; em
291 réplica, a Presidente Elisabete França acolheu a proposta apresentada, declarando que a
292 Sra. Sueli, juntamente com a comissão organizadora da 8ª Conferência Municipal da
293 Cidade, poderá ficar encarregada da elaboração do referido documento; informou que,
294 uma vez redigido, o texto será encaminhado à organização da conferência estadual, bem
295 como às instâncias federais competentes; ressaltou que, por parte do município, há total
296 alinhamento com a pauta, mencionando que a Secretária Municipal da Pessoa com
297 Deficiência – SMPED, Sra. Sílvia Grecco, já se encontra envolvida nas articulações,
298 participando ativamente das discussões; reforçou que, além da SMPED, os
299 representantes municipais que integram a esfera do poder público também atuarão como
300 canal de articulação para garantir que essa demanda seja levada ao governo nacional;
301 assegurou, por fim, que será realizada a devida comunicação formal às esferas superiores,
302 reafirmando o compromisso institucional com a efetiva inclusão das pessoas com
303 deficiência no processo conferencial; com a palavra, a Representante Suplente do
304 Conselho Participativo Municipal Macrorregião Norte 2, Sra. Thaline Nunes Rocha,
305 solicitou a gentileza de que fossem exibidas novamente as datas relativas às reuniões da
306 zona norte, com o intuito de esclarecer uma dúvida; ao analisar a tabela, observou
307 inicialmente que não havia identificado, na parte superior do quadro, a inclusão dos
308 distritos de Perus, Jaraguá, Pirituba e Parque São Domingos; relatou que essa ausência
309 gerou incertezas quanto à realização de encontros específicos nesses territórios,
310 especialmente porque tais informações não haviam sido devidamente comunicadas aos
311 membros do Conselho Participativo; explicou que anteriormente o bloco referente à
312 zona norte havia sido tratado separadamente, o que contribuiu para sua percepção de
313 que esses distritos não estariam contemplados; entretanto, ao verificar o material
314 apresentado com mais atenção, constatou que os referidos encontros estão de fato
315 previstos em um outro agrupamento de datas, embora isso não estivesse inicialmente
316 claro; aproveitou a oportunidade para reiterar a importância de que os convites sejam
317 encaminhados de forma direta e clara aos conselheiros participativos, enfatizando que
318 não basta apenas convidar, mas é fundamental esclarecer a relevância da participação
319 nesses encontros regionais; pontuou que muitos conselheiros ainda não compreendem a
320 importância dos temas abordados, tampouco a articulação entre o planejamento urbano
321 e os demais aspectos da política pública; ressaltou que, para que haja uma participação
322 qualificada, é necessário que o convite venha acompanhado de uma explicação objetiva
323 sobre a relevância do evento, os temas a serem tratados e o papel que os conselheiros
324 podem desempenhar na mobilização territorial; por fim, agradeceu o espaço e reforçou a
325 necessidade de ampliar o entendimento e o engajamento dos conselhos setoriais e
326 participativos, promovendo maior aproximação entre os conselheiros e o processo de
327 planejamento urbano; em réplica, a Presidente Elisabete França retomou a palavra para
328 responder à manifestação anterior, destacando que, conforme já mencionado pela Sra.
329 Sueli, os esforços de divulgação da 8ª Conferência Municipal da Cidade têm sido intensos
330 e amplamente disseminados por diversos canais; informou que as peças de divulgação
331 estão presentes em ônibus, estações de metrô e relógios de rua, sendo recorrente sua

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

332 visualização em diferentes pontos da cidade; reiterou que toda vez que transita por locais
333 com esses equipamentos públicos, identifica as peças comunicacionais da conferência,
334 demonstrando o alcance da campanha; ressaltou, contudo, que o Conselho Municipal de
335 Política Urbana, ali reunido, deve atuar como um verdadeiro polo irradiador de
336 informação, especialmente considerando sua ampla composição, que inclui
337 representantes das diversas regiões da cidade; enfatizou que todos os conselhos das
338 subprefeituras estão sendo informados, mas que os conselheiros presentes naquela
339 instância devem assumir um papel ativo na multiplicação da informação, seja em seus
340 bairros, universidades, organizações da sociedade civil ou demais segmentos nos quais
341 atuam; observou que, nos eventos regionais já realizados, foi possível constatar a
342 presença ativa de conselheiros participativos, o que considera positivo, mas reiterou a
343 importância de ampliar ainda mais essa participação; por fim, colocou-se à disposição
344 para acolher sugestões de novos meios ou estratégias de divulgação, afirmando que
345 qualquer proposta apresentada será analisada e, se pertinente, incorporada ao conjunto
346 de ações comunicacionais em curso; com a palavra, o Conselheiro Titular do Conselho
347 Participativo Municipal da Macrorregião Leste 2, Sr. José Zildo de Almeida Silva, dirigiu-
348 se à Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Sra. Elisabete França, e à
349 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, apresentando uma preocupação
350 oriunda de diálogos mantidos entre membros da CDL, do Conselho Participativo
351 Municipal e da sociedade civil organizada; relatou que, no bairro de Itaquera, na via
352 conhecida como Castelo do Piauí, uma ponte veio a desabar há aproximadamente quinze
353 dias, situação que ainda não havia sido objeto de intervenção efetiva por parte do poder
354 público; mencionou que, no próprio dia da reunião, esteve em contato com a Sra. Carol,
355 representante do CPO, e que, a partir dessa interlocução, deseja solicitar à Secretaria
356 Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB que avalie a possibilidade de
357 classificar a referida obra como emergencial, em razão da urgência da situação; ressaltou
358 que a paralisação dos trabalhos tem causado prejuízos significativos ao comércio local e
359 impactado diretamente a mobilidade urbana da região; dirigiu-se, portanto, aos
360 representantes da SIURB eventualmente presentes na reunião, solicitando atenção à
361 demanda e reforçando a necessidade de pronta atuação por parte da administração
362 pública; finalizou sua manifestação agradecendo o espaço, reiterando sua preocupação
363 com os efeitos do ocorrido sobre a população e desejando boa tarde à Secretária e aos
364 demais presentes; com a palavra, a Conselheira Titular da Associação de Bairro 1, Sra.
365 Lucila Falcão Pessoa Lacreta, representante da Sociedade dos Amigos do Planalto
366 Paulista – SAPP, saudou a Secretária e os demais presentes, iniciando sua intervenção
367 com reflexões a respeito dos temas abordados nos encontros regionais da 8ª Conferência
368 Municipal da Cidade; declarou que, ainda que esteja acompanhando os debates à
369 distância, tem prestado atenção à organização temática dos encontros, cujos eixos
370 concentram-se em habitação, mobilidade, meio ambiente, mudanças climáticas e gestão
371 democrática; pontuou que, em sua avaliação, o tema da gestão democrática assume papel
372 absolutamente central, pois é por meio dela que se viabiliza a concretização de todas as
373 demais políticas; destacou que, conforme observou, as subprefeituras têm assumido

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

374 papel preponderante na subdivisão temática e na condução dos debates, o que
375 considerou um avanço, mas ainda insuficiente diante da complexidade e da escala do
376 território paulistano; argumentou que, em uma cidade do porte de São Paulo, onde cada
377 subprefeitura abrange territórios equivalentes a cidades de médio porte, torna-se
378 imprescindível que os processos de gestão democrática avancem para além da instância
379 subprefeital e se aprofundem no nível distrital, pois é nos bairros, no cotidiano dos
380 territórios, que as políticas públicas se materializam; defendeu que a gestão democrática
381 precisa se desdobrar até o chão da realidade urbana, alcançando o bairro como célula
382 fundamental de participação e decisão; sugeriu, portanto, que esse princípio não apenas
383 figure como tema autônomo da conferência, mas que também permeie transversalmente
384 todas as demais discussões, inclusive incorporando aspectos estruturais muitas vezes
385 evitados no âmbito da administração pública, como o controle social; mencionou, como
386 exemplo, a recente denúncia do Ministério Público referente à destinação indevida de
387 mais de 200 mil unidades habitacionais originalmente licenciadas como HIS, apontando
388 que, se houvesse mecanismos de controle eficazes, essas distorções poderiam ter sido
389 evitadas ainda na fase de aprovação dos empreendimentos; criticou a ausência de
390 transparência no acesso a dados, projetos e processos, observando que os cidadãos
391 sequer conseguem identificar quem decide sobre obras públicas como asfaltamento de
392 vias, nem os custos envolvidos, tampouco têm clareza sobre os critérios adotados;
393 denunciou que os processos decisórios permanecem ocultos em estruturas fechadas e
394 inacessíveis, o que compromete a efetividade do controle social; por fim, propôs que, no
395 eixo temático da gestão democrática, sejam incluídos expressamente os princípios do
396 controle e da descentralização administrativa, como elementos indispensáveis para
397 garantir que as propostas possam ser territorializadas, compreendidas pela população e
398 efetivamente concretizadas; agradeceu o espaço e reiterou sua defesa por uma
399 administração pública mais transparente, participativa e capilarizada; em réplica, a
400 Presidente Elisabete França procurou ilustrar a pertinência da preocupação levantada
401 pela Conselheira Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, informando que, nas cinco regionais
402 das quais participou até aquele momento, o tema da gestão democrática tem sido
403 recorrente e bastante presente nas falas e proposições dos participantes; destacou que já
404 foram registradas diversas propostas nesse sentido, o que demonstra a sintonia da
405 população com os desafios relacionados à descentralização e ao controle social;
406 incentivou, portanto, que, nas próximas regionais das quais a Conselheira venha a
407 participar, reforce tal posicionamento, contribuindo com a articulação desse debate,
408 sobretudo à luz do conjunto de reflexões que têm sido desenvolvidas ao longo dos quinze
409 encontros regionais; recordou que, ao final desse ciclo, doze propostas serão
410 selecionadas para deliberação no encontro final previsto para o mês de abril, do qual
411 sairão os encaminhamentos para a conferência estadual; reforçou a importância de que
412 cada participante leve suas propostas de forma clara e embasada, enfatizando que os
413 temas ali tratados não estão dissociados da realidade, mas refletem demandas genuínas
414 que têm emergido da base; informou ainda que cerca de 700 pessoas já participaram dos
415 cinco encontros realizados, e que as preocupações reiteradamente apontadas dizem

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

416 respeito, entre outras, à forma de dividir a gestão para além do âmbito das
417 subprefeituras, revelando um desejo coletivo por maior capilaridade e eficácia nos
418 mecanismos de governança urbana; concluiu destacando a riqueza das reuniões
419 realizadas aos sábados, pois nelas é possível constatar que a população está atenta,
420 mobilizada e engajada com as questões que envolvem a administração da cidade e os
421 problemas concretos vividos em seu cotidiano; em seguida, a Conselheira Titular dos
422 Movimentos Ambientistas 1, Sra. Eloise Torres Amado, representante do CBCS, tomou
423 a palavra para esclarecer aspectos relacionados à estruturação dos encontros regionais
424 da 8ª Conferência Municipal da Cidade, especialmente no que tange à condução dos
425 debates e à metodologia adotada; informou que integra a comissão organizadora do
426 evento, participando tanto da subcomissão executiva quanto da subcomissão temática, e
427 aproveitou a oportunidade para prestar um esclarecimento que considerou oportuno,
428 sobretudo em consonância com a intervenção anterior sobre a temática da gestão
429 democrática; destacou que, durante o processo de organização dos encontros e definição
430 dos temas, a principal preocupação da comissão foi garantir que não houvesse qualquer
431 forma de interferência ou indução no conteúdo das propostas apresentadas pela
432 população local; explicou que os temas escolhidos foram pensados de forma a provocar a
433 reflexão e estimular a participação espontânea dos cidadãos, sem, no entanto, direcionar
434 ou limitar suas manifestações; reforçou que a inclusão da gestão democrática como um
435 dos eixos centrais tem justamente o propósito de fomentar o protagonismo popular,
436 permitindo que as propostas surjam de maneira livre e autêntica; ressaltou que, por parte
437 dos integrantes da comissão organizadora, tem-se evitado sugerir ou conduzir falas, pois
438 compreendem que essa não é a função da equipe responsável pela sistematização dos
439 debates; frisou que a missão é ouvir e organizar o conteúdo produzido pelos
440 participantes, e não ditar o que deve ou não ser dito; por fim, enfatizou a importância da
441 presença de membros do CMPU e de outros conselhos participativos nos encontros, pois
442 são pessoas com maior conhecimento técnico e institucional, capazes de auxiliar os
443 demais participantes na formulação de propostas qualificadas, sem, contudo, exercer
444 qualquer tipo de condução indevida do processo; encerrou sua fala agradecendo o
445 espaço e reiterando o compromisso da comissão com a escuta ativa e respeitosa das
446 vozes da população; em réplica, a Sra. Sueli Guerreiro Morales corroborou as colocações
447 da Conselheira Eloise Torres Amado, destacando que esse princípio de não induzir as
448 falas da população tem sido, de fato, uma diretriz fundamental na condução dos
449 encontros regionais; explicou que, em um determinado momento da organização,
450 chegou-se a utilizar o termo “mediadores” para designar os participantes que atuariam
451 facilitando os debates, porém, ao perceberem que essa terminologia poderia sugerir
452 alguma forma de condução ou direcionamento, optou-se pela substituição por
453 “provocadores”; justificou que o papel desses provocadores é o de instigar reflexões e
454 estimular que os cidadãos expressem, de forma livre e genuína, suas demandas, opiniões
455 e propostas, especialmente aquelas que, até então, não haviam encontrado espaço para
456 serem levadas ao poder público; ressaltou que esse formato tem se mostrado eficaz, pois
457 tem permitido extrair contribuições relevantes e legítimas das comunidades envolvidas;

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

458 concluiu sua intervenção de maneira descontraída, dirigindo-se à Conselheira Eloise com
459 um convite à participação nos próximos encontros, reafirmando a importância da
460 continuidade do engajamento coletivo no processo conferencial; logo após, a Sra. Mara,
461 integrante da comissão organizadora da 8ª Conferência Municipal da Cidade, tomou a
462 palavra para apresentar uma série de preocupações e apontamentos relacionados tanto à
463 logística do evento quanto a questões sociais emergenciais que vêm sendo
464 acompanhadas por movimentos de moradia; iniciou sua fala informando que, na reunião
465 realizada na segunda-feira anterior, foi debatida a possibilidade de conseguir um local
466 maior para acomodar adequadamente o público esperado, tendo em vista o aumento na
467 participação da população; mencionou que, quanto a essa questão, já teria recebido uma
468 resposta; em continuidade, trouxe outra preocupação relacionada às inscrições dos
469 participantes, questionando como será o procedimento em casos de grande demanda,
470 especialmente quanto ao horário limite para garantir a inscrição daqueles que estiverem
471 na fila; sugeriu que essas questões sejam antecipadamente refletidas, ainda que não
472 necessariamente decididas naquele momento, mas que estejam consolidadas até a
473 reunião do dia 11; apontou também a necessidade de prever alimentação para todos os
474 presentes, mencionando, de forma bem-humorada, que inclusive procurava por uma
475 pessoa da equipe financeira, sem sucesso, para tratar do tema; aproveitando o uso da
476 palavra, ampliou sua intervenção para tratar de uma questão que considerou urgente e
477 grave: a intensificação de remoções administrativas em territórios periféricos, como
478 Parelheiros, Grajaú e Varginha; relatou que muitas denúncias têm sido recebidas por
479 parte de movimentos de moradia, indicando que agentes designados por subprefeituras
480 estariam procedendo a remoções com selagens de moradias precárias de forma seletiva e
481 sem a devida notificação ou explicação à população atingida; denunciou que as ações têm
482 ocorrido sem a presença de equipes da assistência social, sem informações claras sobre
483 os motivos da desocupação, se as áreas são de risco ou se haverá realocação; pontuou
484 que as famílias são apenas informadas de que deverão deixar o local em até quinze dias,
485 muitas vezes com barracos sendo demolidos antes mesmo que qualquer recurso de
486 atendimento público seja acionado; relatou que, no dia da reunião, esteve presente na
487 Defensoria Pública em busca de diálogo com a defensora-chefe, dada a dificuldade de
488 obter respostas e a urgência das remoções; lamentou que, mesmo quando conseguem
489 atendimento institucional, muitas vezes os barracos já se encontram no chão; apontou a
490 ausência de articulação entre os órgãos públicos, denunciando a prática de empurrar a
491 responsabilidade entre diferentes secretarias, como a de Urbanismo e a do Verde; apelou
492 à Presidente Elisabete França, afirmando saber de sua capacidade de articulação e
493 solicitando auxílio direto na interlocução com os órgãos competentes, reforçando que já
494 havia mencionado esse assunto em ocasião anterior, durante evento no CEU, mas que
495 decidiu esperar o momento oportuno para discuti-lo com a devida atenção; concluiu sua
496 fala com um desabafo contundente, expressando a indignação com o tratamento
497 desumano dispensado às famílias em situação de vulnerabilidade, enfatizando que muitos
498 vivem em condições precárias não por escolha, mas por absoluta falta de alternativa, e
499 que, enquanto o poder público negligencia essas pessoas, os movimentos sociais se

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

500 mobilizam com vaquinhas, doações e apoio emergencial para tentar garantir um mínimo
501 de dignidade àqueles que estão sendo brutalmente despejados; em réplica, a Presidente
502 Elisabete França dirigiu-se à Sra. Mara, assegurando que a demanda apresentada será
503 devidamente encaminhada; informou que conversará diretamente com o Secretário
504 Municipal da Habitação, bem como com o Sr. Fabrício, representante da Secretaria
505 Municipal das Subprefeituras, para relatar a situação exposta; garantiu que a gravidade
506 do cenário descrito será levada ao conhecimento das autoridades competentes,
507 reafirmando o compromisso institucional com o encaminhamento das questões sociais
508 trazidas pelos movimentos e representantes da sociedade civil; finalizou sua intervenção
509 registrando que a solicitação será tratada com a atenção devida, conforme solicitado; em
510 seguida, a Conselheira Titular da Associação de Bairro 2, Sra. Renata Esteves de Almeida
511 Andretto, representante da ASSAMPALBA, tomou a palavra para apresentar
512 considerações a respeito da reunião da Conferência Estadual das Cidades, da qual
513 participou no dia anterior, na presença, inclusive, da Sra. Sueli Guerreiro Morales; relatou
514 que, durante o referido encontro, os participantes foram surpreendidos pela presença de
515 duas representantes do Observatório das Metrôpoles, que informaram que a entidade
516 seria contratada para realizar a sistematização das propostas que serão encaminhadas à
517 Conferência Nacional; explicou que, segundo relataram, o contrato ainda estaria em fase
518 de assinatura, o que gerou grande surpresa e confusão entre os presentes; destacou que
519 houve notável dificuldade por parte das representantes em esclarecer os propósitos do
520 contrato, bem como os termos e limites do trabalho que seria executado; informou que
521 chegou a sugerir que fosse apresentado o objeto formal do contrato, o que, contudo, não
522 foi possível naquele momento; pontuou que, diante da falta de clareza, a reunião foi
523 interrompida e a comissão de sistematização da conferência estadual se reuniu de forma
524 paralela para tentar compreender melhor o ocorrido e avaliar os encaminhamentos
525 possíveis; expressou profunda preocupação com a situação, tendo em vista o intenso
526 esforço que vem sendo empreendido no âmbito do município para organizar as propostas
527 e garantir a legitimidade do processo, o que, em seu entendimento, poderia ser
528 prejudicado por uma atuação desarticulada e pouco transparente por parte da instância
529 estadual; assim, propôs que sejam empreendidos esforços, no âmbito municipal, para
530 compreender com precisão qual é o escopo desse contrato com o Observatório das
531 Metrôpoles, de modo a assegurar maior controle, alinhamento e, sobretudo,
532 produtividade e efetividade nos trabalhos preparatórios à etapa nacional; em
533 complemento, a Sra. Sueli Guerreiro Morales tomou a palavra antes da mudança de tema,
534 buscando esclarecer os fatos ocorridos na reunião mencionada; afirmou que, de fato, o
535 encontro foi marcado por surpresa generalizada entre os presentes, inclusive ela própria,
536 dado que não havia alinhamento prévio entre a comissão organizadora estadual e a
537 professora do Observatório das Metrôpoles sobre o conteúdo que seria apresentado;
538 relatou que os organizadores da reunião esperavam uma abordagem diferente por parte
539 da convidada, e que a fala dela acabou trazendo informações novas e não previamente
540 acordadas, o que gerou insegurança e desorganização; confirmou, assim, a ausência de
541 preparo adequado e o desalinhamento das expectativas, o que justifica a apreensão

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

542 compartilhada pelos participantes; em continuidade, a Sra. Sueli Guerreiro Morales
543 dirigiu-se à Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto para prestar novos
544 esclarecimentos acerca da situação ocorrida na reunião da Conferência Estadual das
545 Cidades; relatou que, após o episódio, entrou em contato com representantes do
546 Observatório das Metrópoles, os quais lhe solicitaram apoio para compreender melhor a
547 dinâmica do processo municipal de sistematização; mencionou, inclusive, que a
548 professora Laura, coordenadora geral da iniciativa – distinta da professora Vera –
549 manifestou-se de forma bastante cordial, inclusive em tom de brincadeira diante dos
550 presentes, como o Sr. Ricardo e o Sr. Tales, afirmando que a equipe do município de São
551 Paulo estaria “anos-luz” à frente do estágio em que se encontravam os trabalhos
552 estaduais, e que por isso solicitava ajuda direta da própria Sra. Sueli; acrescentou que já
553 havia compartilhado essa situação com a Presidente Elisabete França no dia anterior,
554 destacando que, na sua avaliação, não há motivo para maior preocupação, uma vez que o
555 trabalho desenvolvido no âmbito municipal encontra-se em estágio avançado e
556 estruturado, muito além daquilo que está sendo discutido no nível estadual; explicou que
557 o Observatório foi contratado pelo governo federal com o propósito de orientar os
558 estados, evitando que cada um adote procedimentos excessivamente distintos entre si,
559 sem, no entanto, engessar os processos locais; esclareceu que o objetivo do Observatório
560 não é impor uma uniformização, mas sim oferecer um direcionamento mínimo para
561 garantir algum grau de coerência entre os relatórios e propostas que serão produzidos e
562 enviados para a Conferência Nacional das Cidades; alertou que há estados e municípios
563 que sequer têm tradição de participação nesse tipo de processo, sendo que, em alguns
564 casos, prefeitos nomearam delegados de forma arbitrária, sem qualquer consulta pública
565 ou deliberação participativa, o que evidencia a fragilidade de muitos desses contextos;
566 assim, afirmou que a atuação do Observatório busca prevenir um cenário caótico na
567 etapa nacional, especialmente quando todas as propostas forem reunidas; lembrou
568 que, no caso do município de São Paulo, todas as reuniões regionais contam com
569 relatórios padronizados, previamente acordados pela comissão organizadora, com
570 campos específicos para preenchimento das deliberações, o que assegura coesão e
571 clareza no processo de sistematização; reforçou que esse modelo tem garantido uma
572 condução sólida e estruturada dos encontros, e que o Observatório, ao buscar um
573 alinhamento, deseja apenas evitar inconsistências graves, e não cercear a autonomia dos
574 municípios e estados; encerrou reiterando que, embora a comunicação da reunião
575 estadual tenha sido confusa, a proposta do Observatório não deve ser interpretada como
576 ameaça, mas como tentativa de apoio técnico para um processo mais coeso em nível
577 nacional; em réplica, a Conselheira Titular da Associação de Bairro 2, Sra. Renata Esteves
578 de Almeida Andretto, manifestou-se dirigindo-se à Sra. Sueli Guerreiro Morales,
579 afirmando que ficou satisfeita em saber que o assunto fora tratado posteriormente com
580 maior clareza; contudo, pontuou que, durante a reunião da Conferência Estadual das
581 Cidades, até o momento em que permaneceu presente, não houve qualquer
582 esclarecimento efetivo por parte da organização ou dos representantes do Observatório
583 das Metrópoles; relatou que a ausência de informações concretas foi, inclusive, motivo de

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

584 um embate direto com o Sr. Alexandre, com quem travou uma discussão acalorada, uma
585 vez que ele teria criado um impasse em torno da sua intervenção; esclareceu que sua
586 defesa durante a reunião estava amparada no fato de que havia sido convidada
587 formalmente para participar do encontro, e, portanto, tinha legitimidade para questionar
588 e pedir esclarecimentos quanto ao conteúdo e ao escopo do contrato mencionado;
589 reiterou, assim, a importância da transparência nos processos de sistematização,
590 especialmente em se tratando de instância estadual que impacta os desdobramentos da
591 conferência em nível nacional; em tréplica, a Sra. Sueli Guerreiro Morales dirigiu-se à
592 Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto, buscando esclarecer o ocorrido e
593 contextualizar os ânimos gerados na reunião da Conferência Estadual das Cidades;
594 afirmou que, de fato, Renata realizou uma crítica durante o encontro, a qual gerou reação
595 por parte do Sr. Alexandre, coordenador da conferência estadual; no entanto, ressaltou
596 que o referido coordenador, de maneira bastante cordial e elegante, deixou claro durante
597 a discussão que a prerrogativa de decisão quanto à sistematização e organização das
598 propostas cabe ao município, por meio de sua respectiva comissão organizadora; frisou
599 que esse reconhecimento por parte da instância estadual reafirma a autonomia do
600 município na condução de seus trabalhos; aproveitou o ensejo para ponderar que,
601 considerando que nem todos os participantes fazem parte formal da comissão
602 organizadora estadual, é necessário observar certos limites quanto à natureza e à forma
603 dos questionamentos formulados, de modo a respeitar os espaços institucionais de
604 deliberação; recomendou, portanto, que se adote uma postura cautelosa nesses
605 contextos, preservando o diálogo e evitando confrontos que possam comprometer a
606 colaboração entre os diferentes níveis do processo conferencial; em seguida, a
607 Conselheira Titular da Associação de Bairro 2, Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto,
608 representante da ASSAMPALBA, prosseguiu em tréplica dirigindo-se à Sra. Sueli
609 Guerreiro Morales com franqueza, reiterando os apontamentos sobre os acontecimentos
610 da reunião da Conferência Estadual das Cidades; destacou que foi formalmente
611 convidada para participar do encontro e expressou sua perplexidade diante da confusão
612 instaurada durante a apresentação do contrato com o Observatório das Metrôpoles;
613 pontuou que nem o coordenador estadual, Sr. Alexandre, tampouco o Sr. Trame ou as
614 representantes do Observatório conseguiram esclarecer o real objeto contratual, o que
615 ensejou sua proposta, ainda não atendida, de que o referido documento fosse
616 apresentado para análise; ressaltou que sua intenção jamais foi gerar ingerência, mas sim
617 exercer uma contribuição legítima, sobretudo ao considerar que muitos municípios
618 desconhecem os fundamentos e os procedimentos relacionados à sistematização da
619 conferência; relatou que, apesar de inicialmente o Sr. Alexandre ter rechaçado a
620 possibilidade de contribuições oriundas do município de São Paulo, mais tarde
621 reconheceu a pertinência da proposta e se mostrou receptivo; reforçou que,
622 considerando o estágio avançado dos trabalhos no município, seria fundamental
623 compartilhar essa experiência com outros entes federativos, prevenindo desinformação
624 e qualificando o processo participativo; mencionou que, durante a mesma reunião, a
625 representante do município de Suzano expressou preocupação com o possível

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

626 esvaziamento do processo participativo, considerando a pouca familiaridade dos
627 municípios com o tema, e externou a sensação de que toda essa mobilização poderia não
628 resultar em efetiva participação social, tornando-se um esforço simbólico com pouco
629 impacto concreto; em continuidade, a Conselheira Renata afirmou que, embora ainda
630 tivesse outros pontos a abordar, colocaria sua fala à disposição da coordenação da
631 reunião, caso o tempo não permitisse prosseguir; sendo-lhe concedida a palavra, deu
632 sequência parabenizando a Sra. Sueli Guerreiro Morales e sua equipe, reconhecendo o
633 esforço notável que têm empreendido na condução do processo; no entanto, ponderou
634 que, ainda que um grupo expressivo de representantes da sociedade civil esteja
635 participando ativamente – citando como exemplo a Sra. Civi, a Sra. Mara, o Sr. José André
636 e a Sra. Dona Elisa –, o número de participantes nos encontros regionais ainda é limitado
637 frente à dimensão populacional de cada território, que compreende milhões de
638 habitantes; destacou que, embora o comparecimento de centenas de pessoas seja
639 relevante, ele revela que o processo ainda está no início de sua trajetória e que, se o
640 planejamento urbano deve refletir a gestão democrática, é imprescindível ampliar a
641 abrangência da participação popular; acrescentou que o histórico da cidade de São Paulo
642 revela um distanciamento entre a formulação das políticas urbanas e a escuta efetiva da
643 população, e que o processo atual representa o início de uma mudança necessária, cujo
644 êxito dependerá da continuidade e do aprofundamento dos esforços participativos;
645 defendeu que esse processo não deve ser conduzido de maneira apressada, citando
646 experiências internacionais onde o planejamento urbano é desenvolvido ao longo de um
647 ano e meio ou até mesmo quatro anos, como exemplo de comprometimento com a
648 qualidade do resultado; por isso, apoiou a proposta, já aventada pela Sra. Talita e
649 reiterada por Sueli, de se considerar o adiamento da Conferência Nacional das Cidades
650 para o próximo ano, a fim de garantir que os trabalhos sejam conduzidos com o devido
651 rigor e densidade; em complemento, compartilhou uma experiência pessoal a respeito da
652 divulgação do evento, relatando que tentou observar a peça publicitária exibida nos
653 relógios eletrônicos da cidade, onde constava a chamada “conferência da cidade de São
654 Paulo”; informou que a mensagem aparece de forma alternada junto à exibição do
655 horário e da temperatura, o que dificulta sua leitura integral para quem, como ela, está
656 dentro de um carro; destacou que mesmo aqueles que eventualmente consigam
657 visualizar o conteúdo podem não compreender seu significado, pois, conforme frisou,
658 mesmo entre conselheiros municipais ainda pairam dúvidas sobre o que representa a
659 conferência da cidade; questionou, nesse sentido, se os próprios familiares dos
660 conselheiros saberiam responder sobre o conteúdo e os objetivos da conferência, o que, a
661 seu ver, revela a insuficiência da estratégia de comunicação; reconheceu que, devido à
662 grandeza territorial e populacional da cidade, não se pode esperar que a divulgação seja
663 plenamente eficaz de forma imediata, mas reforçou a necessidade de uma campanha
664 mais incisiva, capilarizada e explicativa; por fim, mencionou que, na reunião do dia
665 anterior, diagnosticou-se, inclusive, um certo esvaziamento do interesse popular, o qual,
666 segundo um representante do movimento de moradia, teria sido agravado pela decisão
667 de transferir a eleição dos delegados para o âmbito da conferência municipal, o que teria

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

668 desestimulado a mobilização nos encontros regionais; concluiu manifestando sua posição
669 pessoal, reiterando que, embora não tenha participado da deliberação por razões de
670 saúde, entende que a escolha dos delegados deveria ter ocorrido nos encontros
671 regionais, os quais, por sua vez, precisariam ser realizados com tempo suficiente e
672 abrangência territorial adequada para garantir a participação de todos os segmentos
673 sociais no planejamento urbano da cidade; em réplica, a Presidente Elisabete França
674 dirigiu-se à Conselheira Renata Esteves de Almeida Andretto para apresentar
675 considerações quanto aos pontos por ela levantados, esclarecendo que a Comissão
676 Organizadora da Conferência Municipal da Cidade de São Paulo, integrada ao Conselho
677 Municipal de Política Urbana - CMPU, tem seguido rigorosamente as diretrizes
678 estabelecidas por um manual oriundo do Governo Federal, o qual orienta os
679 procedimentos e a estruturação das etapas conferenciais; informou que, dentro do que
680 compete à instância municipal, é possível sim encaminhar uma comunicação formal
681 solicitando esclarecimentos sobre a contratação do Observatório das Metrôpoles,
682 conforme sugerido, mas destacou que a condução institucional da conferência é
683 atribuição do Ministério das Cidades, e, portanto, a instância municipal apenas segue os
684 parâmetros e orientações superiores; ressaltou que todas as decisões têm sido
685 deliberadas no âmbito da Comissão Organizadora, sem imposições unilaterais por parte
686 do poder público, respeitando-se sempre a paridade e a autonomia dos segmentos
687 representados; comentou ainda que, embora haja espaço para aperfeiçoamento na
688 comunicação institucional, esforços significativos têm sido feitos, e a Assessora Patrícia
689 está colhendo todas as sugestões apresentadas; observou que os relógios eletrônicos,
690 embora visíveis, apresentam limitações na quantidade de informação que podem
691 transmitir, e por isso a comunicação também foi estendida ao sistema de transporte
692 público, incluindo o metrô e os ônibus, considerando que a maior parte da população se
693 desloca por esses meios; quanto à participação popular, destacou tratar-se de um
694 processo contínuo e desafiador, ressaltando que a adesão depende do desejo dos
695 cidadãos em se engajar, e que, por parte do CMPU e da Comissão Organizadora, os
696 esforços para garantir um processo exitoso têm sido imensos; discordou
697 respeitosamente da posição de que os encontros regionais deveriam eleger delegados,
698 argumentando que isso poderia desvirtuar a natureza participativa das reuniões,
699 transformando-as em espaços de disputa por representação, o que poderia comprometer
700 a espontaneidade e a autenticidade das propostas apresentadas pelos moradores dos
701 distritos; exemplificou que, em determinados encontros, como o da Vila Rubi, houve mais
702 de cem propostas formuladas por cem pessoas presentes, o que revela um elevado nível
703 de engajamento e demonstra que a população está verdadeiramente disposta a
704 contribuir com ideias concretas, desde questões específicas de bairro, como ruas e
705 parques, até temas estruturantes como as mudanças climáticas, que têm sido
706 mencionadas com frequência nos debates, evidenciando a consciência coletiva quanto à
707 centralidade dessa pauta no contexto do desenvolvimento urbano; finalizou
708 conclamando os conselheiros do CMPU a intensificarem a divulgação e a mobilização
709 junto às suas representações, por meio de WhatsApp, e-mails e, sobretudo, pelas redes

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

710 sociais, destacando que o Instagram da 8ª Conferência está subutilizado, inclusive pelos
711 próprios conselheiros; reforçou que se trata de uma verdadeira batalha de mobilização e
712 afirmou, com absoluta convicção, que a Comissão Organizadora em São Paulo tem feito
713 tudo o que está ao seu alcance — e até o que parece impossível — para assegurar a mais
714 ampla participação possível da população; em tréplica, a Conselheira Titular da
715 Associação de Bairro 2, Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto, dirigiu-se
716 respeitosamente à Presidente Elisabete França, solicitando a palavra para prestar um
717 esclarecimento em razão da consideração anteriormente proferida; afirmou que, em
718 nenhum momento, declarou que os encontros regionais deveriam ter como finalidade
719 exclusiva a escolha de delegados; explicou que seu entendimento é o de que esses
720 encontros poderiam, sim, contemplar também a eleição de delegados, especialmente
721 considerando que têm se configurado como os espaços mais amplos e representativos de
722 participação até o momento; pontuou que sua colocação decorre, inclusive, do fato de
723 integrar a Comissão Organizadora e de não ter estado presente na reunião em que essa
724 decisão foi deliberada, em virtude de questões de saúde; ressaltou que, embora o tema da
725 designação de delegados já tenha sido superado no plano formal, sentiu-se na obrigação
726 de registrar sua posição pessoal diante da comunicação feita no início da reunião;
727 concluiu reiterando que, independentemente da questão pontual, seu objetivo é destacar
728 que o trabalho participativo em curso precisa ser ampliado e aprofundado, não podendo
729 ser encerrado ou limitado em sua etapa atual, sob pena de comprometer o pleno
730 exercício da gestão democrática e a efetividade do planejamento urbano participativo;
731 em quadrúplica, a Presidente Elisabete França retomou a palavra para esclarecer que a
732 Comissão Organizadora possui seu próprio calendário de reuniões, e que cada encontro
733 conta com a presença de seus 25 representantes da sociedade civil e 11 do poder público;
734 enfatizou que todos os membros têm plena liberdade para levar contribuições que
735 ampliem e fortaleçam a divulgação e a participação popular no processo conferencial;
736 reiterou que sugestões são bem-vindas e podem ser encaminhadas diretamente à
737 Assessora Patrícia, presente na reunião; reforçou que o espaço está totalmente aberto às
738 colaborações e que, quanto maior for o volume e a diversidade de contribuições
739 recebidas, mais robusto e democrático será o alcance da participação social; na
740 sequência, a Representante Suplente da Associação de Bairro 2, Sra. Maria Laura Fogaça
741 Zei, representante da ASSAMPALBA, dirigiu-se aos presentes iniciando sua manifestação
742 com um cumprimento cordial, apresentando-se como suplente da Conselheira Renata
743 Esteves de Almeida Andretto, e aproveitou para justificar oficialmente suas ausências,
744 informando que tem enfrentado questões de ordem pessoal que têm dificultado sua
745 plena participação nas atividades da comissão, motivo pelo qual ainda está refletindo
746 sobre a continuidade de sua atuação, comprometendo-se a tomar uma decisão definitiva
747 até o dia 11; em seguida, dirigiu-se à Sra. Sueli Guerreiro Morales para parabenizá-la pelo
748 esforço hercúleo empreendido na organização da conferência, reconhecendo a seriedade
749 e o empenho da equipe; contudo, aproveitou a ocasião para trazer reflexões críticas
750 sobre os números de participação apresentados, observando que, embora tenha sido
751 informado que 77 municípios participaram até o momento, o estado de São Paulo é

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

752 composto por 645 municípios, o que, em sua avaliação, revela uma cobertura ainda
753 bastante limitada; pontuou também que, embora a presença de 390 pessoas possa
754 parecer significativa, é importante lembrar que o território foi dividido em regiões que
755 abrangem cerca de um milhão e meio de habitantes cada, o que torna esse número
756 relativamente modesto diante da magnitude da cidade; compartilhou que compreende as
757 dificuldades enfrentadas pela população para participar dos encontros, especialmente
758 quando realizados aos sábados, dia em que muitas mulheres, especialmente donas de
759 casa, têm responsabilidades familiares e de cuidado que as impedem de se deslocar;
760 nesse sentido, argumentou que talvez o problema não esteja exclusivamente na
761 divulgação, mas também na estrutura e no momento em que os eventos são realizados;
762 afirmou que seu objetivo não é criticar destrutivamente, mas sim alertar que o nível de
763 participação está aquém do necessário para discutir com profundidade a cidade de São
764 Paulo; acrescentou que, mesmo dentro do próprio Conselho, onde se reúne um grupo de
765 pessoas qualificadas, muitas questões importantes não conseguem ser debatidas com a
766 devida densidade, citando como exemplo os embates em torno do Plano Diretor e as
767 dificuldades enfrentadas para discutir o Regimento Interno; mencionou que temas
768 fundamentais, como a destinação indevida de unidades habitacionais previstas como HIS,
769 acabam passando ao largo das deliberações, apesar de representarem um grave
770 problema estrutural; criticou o fato de empreendimentos supostamente voltados à
771 população de baixa renda estarem sendo destinados a públicos de maior poder aquisitivo,
772 o que, em sua avaliação, configura um desvio ético e funcional do instrumento
773 urbanístico; destacou que as isenções concedidas à habitação de interesse social – que
774 incluem a dispensa de emolumentos – não deveriam ser utilizadas para beneficiar
775 empreendimentos destinados à classe média alta; concluiu afirmando que não estava ali
776 para acusar ou fazer julgamentos, mas sim para expressar seu inconformismo com o fato
777 de que questões tão graves e estruturantes não estejam sendo devidamente discutidas
778 no âmbito do Conselho, e solicitou que sua fala fosse registrada, agradecendo pela
779 atenção de todos; em seguida, a Presidente Elisabete França fez uso da palavra para
780 lembrar aos conselheiros que, conforme deliberação ocorrida em reunião anterior –
781 especificamente, há cerca de três reuniões passadas –, foi acordado que quaisquer
782 propostas de temas para debate no âmbito do Conselho Municipal de Política Urbana –
783 CMPU devem ser encaminhadas ao e-mail institucional da Secretária Executiva, Sra.
784 Talita Veiga Cavallari Fonseca; reforçou que esse procedimento tem por finalidade
785 garantir a devida organização da pauta e o respeito aos prazos regimentais, de modo que
786 toda e qualquer sugestão submetida com a antecedência necessária poderá ser
787 formalmente incluída na agenda de deliberações; ressaltou que esse canal permanece
788 aberto e que é fundamental que os conselheiros façam uso dele para que as suas
789 respectivas preocupações, análises e sugestões sejam consideradas e debatidas no
790 colegiado; concluiu reiterando o pedido para que todos encaminhem suas propostas com
791 clareza e responsabilidade, contribuindo assim para o aprimoramento da atuação do
792 conselho e para a ampliação do debate público sobre os temas estruturantes da política
793 urbana da cidade de São Paulo; em seguida, a Representante Suplente do Conselho

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

794 Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2, Sra. Thaline Nunes Rocha, iniciou sua
795 manifestação identificando-se como suplente do Conselheiro Moreirão e comunicando
796 que solicitara previamente a inclusão de um tema urgente na pauta da presente reunião,
797 tendo em vista a gravidade da situação enfrentada em seu território, especificamente no
798 Sítio Botuquara, localizado no distrito de Perus, aos pés da Serra da Cantareira, região
799 cercada por diversas pedreiras e classificada como área de risco geológico e hídrico;
800 relatou que, após os recentes eventos climáticos, especialmente as três últimas chuvas
801 intensas, o grau de risco da localidade foi reclassificado de R2 para R4, expondo a
802 comunidade a uma situação de risco iminente de perdas materiais e, sobretudo, de vidas;
803 informou que o Sítio Botuquara é o primeiro bairro da cidade de São Paulo a receber um
804 plano de bairro com financiamento público, aprovado no âmbito do Conselho
805 Participativo, fato que representa um marco na institucionalização desse instrumento e
806 um avanço relevante na construção de políticas urbanas territorializadas; destacou que,
807 ao longo do último ano, foram destinados R\$ 4.000.000,00 à região, sendo parte desse
808 recurso aplicado em obras de requalificação viária e na produção de uma leitura
809 territorial coordenada pela SPUrbanismo, etapa inicial do plano de bairro; reforçou que
810 há um interesse não apenas local, mas municipal, no fortalecimento desse processo, dada
811 a posição estratégica do território, localizado em área periférica e periurbana,
812 atravessada pelo Rodoanel Norte e marcada por diversas condicionantes ambientais e
813 urbanas; ao relatar a situação crítica enfrentada, apresentou duas frentes de risco: a
814 primeira relacionada ao Córrego do Tanque, que, após intervenções do Rodoanel Norte,
815 sofreu alteração no curso das águas subterrâneas, resultando em processos erosivos que
816 geraram sumidouros sob as moradias, causando instabilidade no terreno e
817 comprometendo as fundações das edificações; a segunda, uma enorme rocha situada na
818 Rua Paulo Lancombe, com mais de 20 metros de comprimento, localizada em meio a um
819 morro que sustenta cerca de 700 edificações, cuja movimentação representa um risco
820 imediato para mais de 600 moradias, sendo que, segundo relatório da Defesa Civil, seu
821 embasamento está sendo gradualmente desestabilizado em virtude das obras de
822 pavimentação realizadas com os recursos destinados pelo Conselho Participativo, que
823 aumentaram a impermeabilização do solo e intensificaram o fluxo hídrico na área;
824 emocionada, a conselheira relatou que reside na região, onde vivem sua família e seus
825 vizinhos, todos diretamente expostos a riscos de soterramento, o que confere ainda mais
826 urgência à situação; propôs, assim, que o Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU
827 encaminhe um ofício solicitando providências concretas à Defesa Civil, incluindo a
828 elaboração de um plano de evacuação e segurança, a instalação de sistema de
829 monitoramento de movimentações de terra e a criação de alertas efetivos para a
830 comunidade, salientando que apenas emitir relatórios e aplicar multas não constitui
831 prevenção, mas sim omissão; declarou ainda que não realizou uma reunião pública com os
832 moradores em razão do receio de gerar pânico generalizado em uma população já
833 altamente vulnerabilizada, e que aguarda orientações técnicas para apresentar soluções
834 práticas e eficazes, como pontos de encontro seguros e planos de ação emergenciais;
835 denunciou também a existência de um processo de grilagem de terra no entorno do

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

836 córrego e da área de preservação permanente (APP), mencionando que o responsável
837 pelo loteamento irregular mantém uma pessoa em situação análoga à escravidão,
838 identificada como caseiro, e solicitou atuação imediata da assistência social e da
839 Defensoria Pública diante da gravidade do caso; pontuou que as famílias que adquiriram
840 terrenos na região, muitas vezes de boa-fé, foram autuadas pela Defesa Civil, mas não
841 têm recebido qualquer forma de suporte ou orientação por parte da SEHAB ou da
842 assistência social, tampouco acesso a processos de reassentamento em locais seguros,
843 ficando completamente desamparadas, apesar de terem investido tudo o que possuíam
844 na aquisição desses lotes; reforçou a necessidade de que o processo de elaboração do
845 plano de bairro contemple de forma concreta os impactos das mudanças climáticas, os
846 riscos geológicos e hídricos atuais, com base em diagnósticos atualizados, que reflitam a
847 nova realidade ambiental e não apenas previsões defasadas; solicitou que a SPUrbanismo
848 incorpore essas questões ao documento em construção, de modo a estabelecer diretrizes
849 claras para mitigação de riscos e adaptação climática em escala local; por fim, apelou à
850 SIURB e à Subprefeitura de Perus para que deem início imediato a obras emergenciais
851 voltadas à redução dos riscos, especialmente nas áreas do Córrego do Tanque e da rocha
852 localizada na Rua Paulo Lancombe, e reiterou o pedido de que o CMPU, enquanto
853 instância deliberativa, formalize um ofício de apoio a essas demandas, contribuindo para
854 a mobilização institucional e a adoção de medidas concretas de proteção à vida e ao
855 território; em réplica, a Presidente Elisabete França dirigiu-se à Sra. Thaline Nunes
856 Rocha, solicitando esclarecimento quanto ao e-mail que havia sido encaminhado no dia
857 da reunião, observando que as questões apresentadas oralmente não constavam no
858 referido envio; diante disso, solicitou que todas as informações fossem enviadas o quanto
859 antes, de forma completa e detalhada, para que pudessem ser imediatamente
860 encaminhadas à Defesa Civil; informou ainda que há representante da SIURB presente na
861 reunião, o que permitirá a interlocução direta, e comprometeu-se também a encaminhar
862 as demandas à Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB, a fim de que sejam
863 tomadas as providências cabíveis com a urgência que o caso requer; em tréplica, a
864 Representante Suplente do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Norte 2,
865 Sra. Thaline Nunes Rocha, retomou brevemente a palavra para acrescentar uma
866 consideração à sua manifestação anterior, dirigindo-se aos presentes com humildade e
867 senso de urgência, afirmando que reconhece a presença, naquela instância, de diversos
868 técnicos qualificados e membros da sociedade civil com amplo conhecimento sobre as
869 questões relacionadas ao risco geológico, ambiental e urbano; declarou, nesse sentido,
870 que considera fundamental, diante da gravidade da situação exposta, acionar também a
871 Defensoria Pública, sobretudo em razão do risco iminente à vida das pessoas residentes
872 na área afetada; colocou-se inteiramente à disposição para receber orientações,
873 sugestões e encaminhamentos técnicos que possam auxiliar na definição de medidas
874 concretas, reforçando que o momento exige cooperação institucional e responsabilidade
875 coletiva frente à urgência do caso; reiterou que está aberta ao diálogo e à construção de
876 soluções viáveis, com o objetivo de proteger vidas e garantir a dignidade da população
877 vulnerabilizada do Sítio Botuquara; em seguida, com a palavra, a Conselheira Titular das

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

878 Entidades Religiosas, Sra. Sandra Ramalho, manifestou-se trazendo uma reflexão
879 construída a partir de sua ampla experiência em diferentes conselhos municipais,
880 afirmando que participa ativamente de diversas instâncias de controle social e que, com
881 base nesse percurso, identifica como lacuna no funcionamento do CMPU a ausência de
882 uma comissão própria destinada à organização e definição das pautas das reuniões;
883 destacou que, embora haja a possibilidade de envio de propostas por e-mail, esse
884 encaminhamento por vezes não resulta na efetiva inclusão dos temas sugeridos nas
885 deliberações, o que compromete o caráter democrático da construção da pauta;
886 mencionou como exemplo a pauta do regimento interno, que, apesar de sua relevância,
887 ainda não foi objeto de discussão adequada no colegiado; apontou também a ausência de
888 espaço para o debate solicitado sobre a atuação da CEPEUC e sobre a questão das
889 Habitações de Interesse Social - HIS, temas que, segundo ela, foram formalmente
890 solicitados para inclusão em reuniões anteriores; diante disso, defendeu a criação de um
891 mecanismo institucional dentro do próprio CMPU para garantir que as pautas reflitam as
892 demandas dos conselheiros e da sociedade civil representada, propondo que o conselho
893 assumira com maior protagonismo o processo de definição das matérias a serem
894 discutidas, por meio da instituição de uma comissão específica ou outro modelo que
895 assegure a efetiva participação na elaboração das agendas. **04)** em seguida, a Presidente
896 Elisabete França, ao constatar a inexistência de novos inscritos para manifestação,
897 declarou o encerramento da reunião, agradecendo a presença de todos os conselheiros e
898 conselheiras, reforçando a importância da participação ativa e da ampla divulgação da 8ª
899 Conferência Municipal da Cidade de São Paulo; destacou que a presença dos membros do
900 Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU é fundamental, visto que exercem a
901 representação legítima de seus respectivos setores, e têm, portanto, papel estratégico na
902 mobilização social e no fortalecimento da gestão democrática; comunicou que a
903 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, procederá com a marcação das
904 reuniões extraordinárias previamente acordadas, conforme a dinâmica da comissão e as
905 deliberações estabelecidas; informou, ainda, que a próxima reunião ordinária do CMPU,
906 correspondente à sua 87ª edição, está agendada para o dia 24 de abril, estrategicamente
907 definida para ocorrer dois dias antes da realização da conferência municipal,
908 possibilitando a consolidação dos últimos preparativos e encaminhamentos; concluiu sua
909 fala agradecendo, mais uma vez, o empenho de todos os presentes; a reunião foi
910 encerrada às 16h05min.

911

912

913

914

915

916

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

917

918

919

920

921

922

923

924

925

PRESIDÊNCIA

ELISABETE FRANÇA

PRESIDENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

SUELI GUERREIRO MORALES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

FERNANDO HENRIQUE GASPERINI

TITULAR

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM

RAMON SANTOURO LEONARDI

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEGES

ADRIANO FRANCO FEITOSA

TITULAR

SECRETARIA DE FINANÇAS - SF

LINCOLN DIOGO LIMA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS - SMSUB

RODE FELIPE BEZERRA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO
TITULAR

RAFAEL MIELNIK
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

ANA CAROLINA PIUNTI DA COSTA
TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO –
SMDET**

LEONARDO WILLIAM CASAL SANTOS
SUPLENTE

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – STM

MARIANA OHIRA HASHIMOTO
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL

MACRORREGIÃO NORTE 2

THALINE NUNES ROCHA

SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 2

JOSÉ ZILDO DE ALMEIDA SILVA

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 1

MARILENE RIBEIRO DE SOUZA

SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 2

JOSÉ DE JESUS FERREIRA DA SILVA (UMM)

SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)
TITULAR

MARIA LAURA FOGAÇA ZEI (ASSAMPALBA)
SUPLENTE

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 3

VERÔNICA KROLL (AAHJB)
SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)
TITULAR

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - ONG

MARIA ELISA DO NASCIMENTO (DiverCidades)
SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO

TEREZA BEATRIZ RIBEIRO HERLING (MACK)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR

MOVIMENTOS CULTURAIS

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMPD

MARIA FRYDA EMANUELLY GONÇALVES MONTEIRO

SUPLENTE

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA - CMPU

